



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS - CCHA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES DLH
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

**O ENSINO DA LEITURA NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

EDILMA PEREIRA DA SILVA

**CATOLÉ DO ROCHA-PB
2016**

EDILMA PEREIRA DA SILVA

**O ENSINO DA LEITURA NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

Artigo de Conclusão de Curso:
Licenciatura em Letras da Universidade
Estadual da Paraíba (UEPB)-Campus IV,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Graduação em Letras.

Área de concentração: Língua Portuguesa

Orientador: Prof. Me. Henrique Miguel de
Lima Silva.

.

CATOLÉ DO ROCHA-PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586e Silva, Edilma Pereira da
O ensino da leitura na perspectiva do letramento na educação básica [manuscrito] / Edilma Pereira da Silva. - 2016.
34 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e
Agrárias, 2016.
"Orientação: Prof. Me. Henrique Miguel de Lima Silva,
Departamento de letras e humanidades".

1. Leitura. 2. Letramento. 3. Ensino I. Título.

21. ed. CDD 372.4

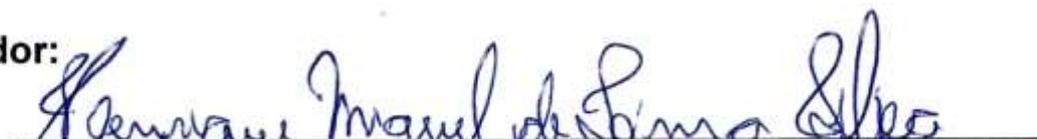
EDILMA PEREIRA DA SILVA

**O ENSINO DA LEITURA NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

Aprovada em: 19/10/2016

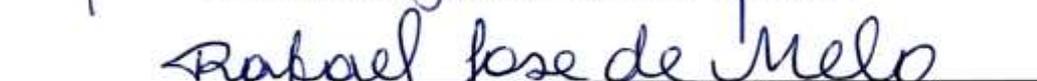
BANCA EXAMINADORA

Orientador:


Prof. Me. Henrique Miguel de Lima Silva

Banca examinadora:


Profa. Dra. Mauriene Silva de Freitas


Prof. Dr. Rafael José de Melo Pontes

**CATOLÉ DO ROCHA-PB
2016**

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre texto e contexto.

(Paulo Freire)

Aprender é uma das coisas mais bonitas, mais gostosas da vida. Acontece em qualquer tempo, em qualquer idade, em qualquer lugar. Ajudar as pessoas a descobrir esse prazer, a “degustar” o sabor dessa iguaria é ascender às mais altas esferas da atuação humana. A escola existe para estimular a “gula” pelas delícias de poder saber....., pois “a capacidade de sentir prazer não é um dom natural. Precisa ser aprendida” como lembra Rubem Alves (2000: 133).

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente:

- ✓ A Deus, que me ajudou em todos os momentos, dando-me forças e condições para fazer desse sonho uma realidade!
- ✓ A minha família, aos meus colegas e ex-colegas que mim ajudaram.
- ✓ Ao corpo docente do Curso de Letras da UEPB, que mim fizeram reconhecer que fiz a escolha certa.
- ✓ E a todos aqueles, que com palavras, gestos e razões contribuíram para que eu estivesse aqui.
- ✓ A todos meus ex-professores e professores, e aqueles que mim ajudaram quando precisei!

DEDICO ESTE TRABALHO:

- ✓ A todo meu esforço que tive durante esses anos de estudos, para chegar a onde estou;
- ✓ Ao meu desenvolvimento sob o conhecimento científico e prévio.
- ✓ E a todos aqueles que mim ajudaram, que mim deram força para continuar o Curso.
- ✓ A todos que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho.

RESUMO

O presente artigo atenta para o ensino das práticas de atividades de leitura na perspectiva do letramento na educação básica, mais especificamente, durante todo o decorrer do período de estudo dos alunos. Buscamos compreender como este processo situado e interacional pode contribuir: na formação do sujeito, preparação para o mercado de trabalho, no desenvolvimento cognitivo, raciocínio crítico, conhecimento prévio e desenvolvimento da escrita e da leitura dos alunos. Portanto o ensino da prática leitora: no letramento, na LDB, e nos PCNs tentam mostrar a importância que tem a leitura no processo de ensino e aprendizagem dos alunos em todas as disciplinas do currículo escolar. Para isto, nos baseamos em uma perspectiva bibliográfica de pesquisa, embasados em um olhar especulativo sobre o estudo da arte da linguagem científica no ensino da língua portuguesa. Fundamentamos nossa pesquisa em Kleiman (2012), Marcuschi (2009, 2011), Soares (2008), dentre outros por compreenderem esta indissociável relação entre leitura, letramento desenvolvimento cognitivo, raciocínio crítico e conhecimento prévio do leitor e capacidade de interpretação. Além disso, ressaltamos que esta atividade é de suma relevância em diversos tipos de conhecimento como o linguístico, o textual e o prévio. A interação que o leitor realiza no contexto escolar contribui para o processo de internalização dos conhecimentos socializados nos primeiros anos de ensino no nosso escopo de estudo. Espera-se, dessa maneira, refletir sobre as contribuições da leitura, enquanto prática situada, para a apropriação efetiva do conhecimento científico.

Palavras-chave: Leitura. Letramento. Ensino.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 CONCEPÇÕES DE LEITURA	10
1.1 INTERACIONISMO NO ENSINO DA LEITURA	16
1.2 A LEITURA NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO	18
2 O QUE É LETRAMENTO	21
3 PCN's E ENSINO DA LEITURA	24
4 LDB E ENSINO DA LEITURA.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
ABSTRACT	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS.....	33

INTRODUÇÃO

O processo de formação educacional, em todos os níveis e modalidades de ensino, é marcado por diversas percepções teórico-epistêmicas. No que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos na prática das atividades de leitura na perspectiva do letramento na educação básica, sobretudo nos primeiros anos do ensino do período escolar dos alunos, sabe-se que as práticas que fundamentam o trabalho docente são, ao menos pressupõe-se, embasadas por teorias linguísticas e pedagógicas.

Para professores que adotam uma concepção estrutural de língua, a leitura será centrada na decodificação dos elementos estruturais para, em seguida, pensar nas relações de sentido decorrentes desse processo.

Os adeptos de uma visão mais funcionalista (ROSA, 2006) afirmarão que o ensino deve partir de práticas situadas, bem como dos gêneros que são recorrentes em seu cotidiano escolar. Neste sentido, o processo de leitura e, por conseguinte, interpretação partiria da realidade sociohistórica dos educandos para, em seguida, explorar gêneros mais complexos (BAHKTIN, 1988).

Em nosso contexto de pesquisa, optamos a segunda postura, uma vez que faz parte dos documentos oficiais da educação básica (BRASIL, 1998), bem como por ser mais significativo para o processo de ensino e aprendizagem de leitura, mais especificamente, nos primeiros anos do ensino do período escolar dos alunos.

Acreditamos que o ensino da leitura é indispensável na formação dos leitores por ser através desta atividade que o desenvolvimento cognitivo, raciocínio crítico, e conhecimento prévio desses estudantes é desenvolvido, bem como na construção da autonomia. Ao buscar compreender como a leitura pode contribuir para estes processos, organizamos nossa pesquisa da seguinte forma. No primeiro momento, discutimos sobre as concepções de leitura e suas implicações na prática de sala de aula. Pois é com a atividade de leitura que os alunos aprendem a ler e escrever, e o letramento tenta cobrir isto por ser um processo de alfabetização que envolve todos os usos e funções da leitura e da escrita e está presente durante todo o decorrer do período de estudo dos alunos. E a leitura da LDB, diz que a educação vai acontecer em diversos ambientes, e o papel da escola é preparar o indivíduo para o mercado de trabalho. Em seguida, refletimos sobre o ensino da leitura nos Parâmetros Curriculares

Nacionais ao explicitar a concepção de leitura, bem como possíveis procedimentos metodológicos. Por fim, concluímos a partir de algumas considerações de como a leitura pode contribuir na formação da autonomia desses indivíduos dentro de uma realidade tão dialética como a brasileira.

Esperamos, que dessa maneira, esta pesquisa contribua para a compreensão e interpretação da prática de atividade de leitura enquanto prática sócio - histórica e situada aos contextos específicos, bem como para a relevância da mesma na ampliação qualitativa do processo de ensino e aprendizagem dos alunos. E partir da interpretação crítica dos conhecimentos socializados no contexto escolar o aluno forme-se em um leitor capaz de produzir seu próprio conhecimento prévio, se posicione diante de um determinado fato ou tema der sua opinião e faça um critica em leituras interpretativa em obras trabalhadas em sala de aula.

1 CONCEPÇÕES DE LEITURA¹

De acordo com Marcuschi (2012), antes de se pensar em procedimentos teóricos para ensino, deve-se responder a seguinte questão: o que se ensina quando ensinamos língua portuguesa? A partir disso podemos compreender, conforme o autor, que não ensinamos a língua em si, mas, fatos da língua.

É importante acrescentar, no que concerne ao ensino de leitura que:

Os pressupostos teóricos que amparam cada uma dessas diferentes perspectivas de leitura envolvem uma visão diferente do que consiste o ato de ler e orientam e/ou justificam determinadas propostas didáticas em torno da compreensão da leitura, e da formação e do desenvolvimento do leitor na escola brasileira (MENEGASSI e ANGELO, 2005, p. 18).

Dessa maneira, antes de qualquer desdobramento sobre leitura, consideramos importante deixar claro que seu ensino dependerá das concepções de língua adotadas pelos professores. Sob um olhar formal, interessa o domínio das estruturas e a capacidade da decodificação dessas estruturas da língua. A este respeito percebe-se uma:

¹ A leitura é um discurso que exigem intenção entre o leitor texto e o autor. É parte da interação verbal escrita. É um processo medidos pela compreensão oral. A prática leitora contribui para desenvolvimento cognitivo, raciocínio crítico e conhecimento prévio do aluno.

Preocupação excessiva com a decodificação e com o reconhecimento da estrutura organizacional do texto, é possível inferir que ao organizarmos questões como estas, estamos sendo orientados pela concepção estruturalista da língua, de base saussuriana. Ler, nesse caso, significa decodificar, reconhecer o sistema linguístico, a formatação do texto. Sendo assim, o foco de leitura recai para o texto enquanto materialização da língua (COSTA-HÜBES, 2010, p. 249).

Devemos ter muito cuidado com estes resquícios teóricos que, por sua vez, operacionalizam o ensino da leitura de forma incoerente com as demandas atuais, principalmente quando se percebe que os documentos oficiais do ensino afirmam que o objetivo consiste na formação integral do aluno (BRASIL, 1996, 1998).

Caso contrário, perceberemos que ao:

Perguntarmos aos nossos alunos o que é ler na escola, possivelmente estes dirão que é ler em voz alta, sozinhos ou em jogral (para avaliação de fluência entendida como compreensão) e, em seguida, responder um questionário onde se deve localizar e copiar informações do texto (para avaliação de compreensão). Ou seja, somente poucas e as mais básicas das capacidades leitoras têm sido ensinadas, avaliadas e cobradas pela escola. Todas as outras são ignoradas. É o que mostram os resultados de leitura de nossos alunos em diversos exames, como ENEM, SARESP, SAEB, PISA, tidos como altamente insuficientes para a leitura cidadã numa sociedade urbana e globalizada, altamente letrada, como a atual (ROJO, 2002, p.04)

Em outras palavras ler é outro modo de ouvir, percorrer com a vista o que esta escrito, ver estudar coisas escrita, decifrar e interpretar o sentido e o significado do contexto histórico de cada tipo de texto lido. Em viés funcional, refere-se ao sentido e significado dos textos construídos durante os discursos realizados em gêneros textuais ao longo da história, e seus objetivos e propósitos comunicativos, é a ideologia discursiva, dentre outros e, dessa maneira,

Ao organizarmos um enunciado com expressões do tipo “Qual a intenção do autor...”, estamos, de forma direta, focalizando apenas o autor do texto, reproduzindo, com isso, uma maneira de conceber a linguagem como própria do autor, subjetiva às suas ações, portanto, individualizada. Ler, nesse caso, significa mergulhar na intencionalidade do autor, na tentativa de vasculhar as suas mais íntimas intenções. E o papel do leitor, reduz-se apenas na tentativa de descobrir o que o autor pensou no momento em que escreveu, ou seja, o leitor perde toda sua autonomia, já que seu conhecimento de mundo é desconsiderado, assim como suas experiências, elementos

que são neutralizados em função apenas e unicamente do autor (COSTA-HÜBES, 2010, p. 248-249).

Ao correlacionarmos esta percepção com as práticas de leitura desenvolvidas na escola passamos a entender que o ato de ler vai muito além da simples decodificação das estruturas linguísticas e/ou semióticas.

Partimos do pressuposto de que:

Ler é dar um sentido de conjunto, uma globalização e uma articulação aos sentidos produzidos pelas sequências. Não é encontrar o sentido desejado pelo autor, o que implicaria que o prazer do texto se origina na coincidência entre o sentido desejado e o sentido percebido, em um tipo de acordo cultural, como algumas vezes se pretendeu, em uma ótica na qual o positivismo e o elitismo não escaparão a ninguém. Ler é, portanto, constituir e não reconstituir um sentido. (GOULEMOT, 2001, p. 108)

No entanto, embora esta visão de leitura seja comum na atualidade, nem sempre a mesma foi percebida desse jeito. Influenciados pelas teorias estruturais, a leitura era sempre centrada na decodificação dos signos linguísticos e semióticos, bem como na sua relação com as atividades propostas pelo docente.

Ressaltamos que na atualidade algo factual e comum é o fato de que:

A leitura escolar, de modo geral, centrada na leitura de textos dos livros didáticos, fragmentados e estereotipados, imprime uma leitura mecanizada, passiva, indicativa de amortecimento de um posicionamento crítico por parte do leitor. Desta maneira, não há apropriação, apreensão das ideias, mas um trabalho intelectual alienado de trechos que concretizam permanências e não transformações de representações que o leitor possa ter. (RANGEL, 2005, p. 31)

No intuito de romper com esta perspectiva tradicional que pouco agrega, em termos de qualidade, na formação crítica do estudante, vários estudos foram realizados no intuito de comprovar que a prática de leitura só é eficaz quando o leitor interpreta o sentido e significado do texto construindo um novo texto, considerando os conhecimentos prévios dos educandos.

Kleiman (2008, p. 151-152) reflete e explicita que ensinar a ler é:

Criar uma atitude de experiência prévia com relação ao conteúdo referencial do texto, é ensinar a criança a se auto avaliar constantemente durante o processo para detectar quando perdeu o fio; é ensinar a múltipla fonte de conhecimentos – linguísticas, discursivas, enciclopédicas – para resolver falhas momentâneas no

processo; é ensinar, antes de tudo, que o texto é significativo, e que as sequências discretas nele contidas só têm valor na medida em que elas dão suporte ao significado global.

Para a autora, a leitura é um processo que necessita do conhecimento prévio do aluno que o mesmo tem sobre o mundo em geral, tanto da leitura como da escrita, é necessário que há incentivo por parte dos professores e alunos para que desta forma possa construir novos conhecimentos. Além disso, de acordo com Kleiman (2008), somente quando são considerados o conhecimento prévio dos alunos e a situação em sala de aula é que o processo de leitura será eficaz.

É importante acrescentar que esta percepção de leitura enquanto prática interacional só foi possível após os desdobramentos da linguística aplicada, sobretudo, após 1980, momento em que já havia sido consolidado o paradigma funcional dos estudos linguísticos.

Somente após estas transformações teóricas foi que os teóricos começou a repensar sobre o ensino de língua. No entanto, a consolidação dessas reflexões em termos de documentos oficiais do ensino só ocorreu quase vinte anos depois com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996, 1998).

Todo esforço foi para desmistificar a falsa relação entre o nível vocabular e o nível de leitura – uma percepção muito preconceituosa e segregam-te.

Porem:

Sabe-se há muito tempo que existe um vínculo muito forte entre o nível vocabular do leitor e seu nível de compreensão. Mas o fato de existir uma ligação não permite dizer que um dos elementos é a causa do outro. Em outros termos, não há nada que permita afirmar que um indivíduo é um bom leitor porque conhece muito vocabulário, ou, inversamente, que esse indivíduo conhece muito vocabulário porque é um bom leitor. Na verdade, mais do que escolher entre essas duas hipóteses, parece mais adequado associá-las a um processo interativo. O fato de possuir um vocabulário diversificado permite facilitar a leitura, sendo esse mesmo vocabulário adquirido em parte no ato de ler.(JAMET, 2000, p. 92).

Ao compreender que esta relação não pode ser vista como algo determinista, uma vez que a diversificação do vocabulário é decorrente das diversas experiências com os mais variados gêneros textuais, as práticas de leitura na educação básica passam a ser o foco na interação e nos múltiplos sentidos decorrentes desse processo. Nesta perspectiva é muito importante que o leitor tenha vocábulo e

compreensão para possa facilitar a compreensão da leitura realizada em diversos tipos de texto, pois o processo interativo exige o foco do leitor no texto lido, porem as informações flui do texto para o leitor.

É importante acrescentar que esta visão interacionista da leitura implica na formação da autonomia e do senso crítico do educando. A autora afirma ainda que:

Uma vez que o leitor conseguir formular hipótese de leitura independentemente, utilizando tanto seu conhecimento prévio como os elementos formais mais visíveis e de alto grau de informação, como título, subtítulo, datas fontes, ilustrações, a leitura passará a ter esse caráter de verificação de hipóteses, para confirmação ou refutação e revisão, num processo menos estruturado que aquele inicialmente modelado pelo adulto, mas que envolve, tal como o outro processo, uma atividade consciente, autocontrolada pelo leitor, bem como uma série de estratégias necessárias à compreensão. Ao formular hipóteses o leitor estará predizendo temas, e ao testá-las ele estará depreendendo o tema; ele estará também postulando uma possível estrutura textual, na predição ele estará ativando seu conhecimento prévio, e na testagem ele estará enriquecendo, refinando, checando esse conhecimento. São todas essas estratégias, próprias da leitura, que levam à compreensão do texto. (KLEIMAN, 1989, p. 43)

Percebe-se, nesta perspectiva, que o foco da leitura exigem o conhecimento do leitor sobre o mundo em geral ou seja o conhecimento prévio. Neste processo, são fomentados nos estudantes a curiosidade em entender como estes elementos formam uma compreensão geral e as partes específicas, num entremeio de informações, dúvidas e questionamentos decorrentes da interação em sala de aula.

Ao envolver sujeito, história e cultura por meio da interação no processo de leitura, o docente deixa de ser o detentor do conhecimento para, por conseguinte, ser o mediador do conhecimento e orientador das múltiplas aprendizagens.

Kramer (1998, p. 25), por sua vez, acrescenta que:

A leitura não pode ser, pois, reduzida às práticas extra ou interescolares, mas encarada como fator importante no interior de um amplo projeto de política cultural que perceba a urgência de formar/resgatar professores-leitores que, narrando suas histórias, tecem uma experiência de formação.

Nesta perspectiva, a leitura, conforme a autora, deixa de ser uma prática específica do contexto escolar e passa a ser vista como fonte de interpretação do mundo; uma vez que insere o sujeito do mundo sócio - discursivo pela enunciação.

É importante acrescentar que esta concepção de leitura foi adotada na Educação Básica após a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), reorganizando, ao menos em teoria, o ensino de leitura nas escolas.

Ainda em se tratando dessa temática, conforme Brandão (1994, p.89), afirma que:

A concepção de leitura como um processo de enunciação se inscreve num quadro teórico mais amplo que considera como fundamental o caráter dialógico da linguagem e, conseqüentemente, sua dimensão social e histórica. A leitura como atividade de linguagem é uma prática social de alcance político. Ao promover a interação entre indivíduos, a leitura, compreendida não só como leitura da palavra, mas também como leitura de mundo, deve ser atividade constitutiva de sujeitos capazes de interligar o mundo e nele atuar como cidadãos (BRANDÃO, 1994, p. 89).

Conforme a autora que esta leitura do mundo por meio dos signos linguísticos e semióticos é de suma relevância para a formação integral desses sujeitos. Além disso, como afirma Freire (1996), formar para a autonomia requer uma reflexão crítica e aprofundada dos acontecimentos sociais. Este processo, por sua vez, só é possível por meio da interpretação crítica do mundo.

Ao se opor ao paradigma formal de ensino, cujo foco era centrado na estrutura da língua e a leitura, por sua vez, era centrada no domínio de informações superficiais a partir do processo de decodificação do código linguístico, Marcuschi (2005) diz que:

A compreensão é considerada, na maioria dos casos, como uma simples e natural atividade de decodificação de um conteúdo objetivamente inscrito no texto ou uma atividade de cópia... Os exercícios de compreensão raramente levam a reflexões críticas sobre o texto e não permitem expansão ou construção de sentido, o que sugere a noção de que compreender é apenas identificar conteúdos. Esquece-se a ironia, a análise de intenções, a metáfora e outros aspectos relevantes nos processos de compreensão (MARCUSCHI, 2005, p. 51).

Sendo assim, percebe-se que uma das principais contribuições das perspectivas críticas e interacionistas de leitura consiste justamente na ampliação da visão dos educandos por meio da leitura. Neste processo, vai-se muito além das

estruturas linguísticas procurando seu significado social, uma vez que o signo linguístico, sob estas perspectivas, é ideológico (BAKHTIN, 1989).

1.1 INTERACIONISMO NO ENSINO DA LEITURA

Se considerarmos que o processo formativo, conforme as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), afirma que é dever da escola preparar o sujeito para o mercado de trabalho em sociedade mais justa, bem como para a resolução dos conflitos e problemas sociais com o intuito de melhorar a qualidade de vida a partir dos conhecimentos científicos, é nessa perspectiva que percebemos a concepção interacionista adotada pelos PCNs (BRASIL, 1998) funda um olhar crítico e social em termos de prescrição do ensino de língua.

Compreendemos, sob a perspectiva teórica adotada que:

A leitura de mundo precede a leitura da palavra, (...) a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura de mundo, mas por certa forma de “escrevê-lo” ou de reescrevê-lo, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente. (FREIRE, 1989, p.20)

No entanto, para que esta perspectiva, de fato, se consolide em aprendizagens significativas para os envolvidos neste processo faz-se necessário que o docente disponha, antes de tudo, de formação teórica para, em seguida, desenvolver sua práticas em sala de aula.

Somente quando o docente é capaz de perceber os objetivos e finalidades daquilo que se propõe é que a formação crítica dos estudantes acontecem durante o momento crítico da interpretação do texto. É preciso, que desta maneira, os leitores tenham experiências em diversos tipos de gêneros textuais e compreendam mediante leitura as informações ditas e os pressupostos, uma vez que todo discurso é sempre dialógico e, neste sentido, tem objetivos discursivos e ideológicos específicos.

Para isto, pressupõe-se que a leitura:

Precisa ser concebida como aquilo que vai em busca do ponto de vista, que leva ao questionamento, à investigação dos meios que permitiram elaborá-lo, ao confronto com seus próprios pontos de vista, a sua relação com o instrumento que permite elaborá-las (SAVELI, 2007, p. 111-112).

Ainda de acordo com a referida autora, parte-se da premissa de que só há construção crítica do conhecimento quando os alunos são levados a questionar a realidade das coisas expressas pela linguagem, fazendo com que os alunos não sejam vistos como meros receptores do conhecimento, mas, ao contrário, que construam sua própria percepção do mundo por meio da análise crítica dos gêneros textuais que são apresentados no contexto escolar.

Além disso, docente e discente devem compreender que:

Ler não significa apenas a aquisição de um “instrumento” para a futura obtenção de conhecimentos, mas uma forma de pensamento, um processo de produção do saber, um meio de interação social com o mundo (CASCAVEL, 2007, p. 144).

Ainda em se tratando dessa perspectiva, acrescenta-se que:

Pode-se dizer que o interpretador é parte do enunciado a ser interpretado, do texto (ou melhor, dos enunciados, do diálogo entre estes), entra nele como um novo participante. O encontro dialógico de duas consciências nas ciências humanas. A molduragem do enunciado do outro pelo contexto dialógico (BAKHTIN, 2003, p. 329).

No entanto, o interpretador – o educando – só compreenderá seu papel social quando o docente deixa isto claro em suas aulas e, por meio da interação, insere-o dentro da cena dialógica e discursiva.

É justamente neste processo que as práticas de leitura possibilitam um olhar crítico sobre os diversos fatos sociais ao longo da história, considerando os contextos, as finalidades, os discursos, seus objetivos e todo propósito interativo na/pela linguagem quando lê e, por conseguinte, experiência o mundo ao seu redor.

A leitura, sob este olhar crítico e reflexivo. Possibilita ao estudante uma viagem pela história da humanidade, desde os tempos mais remotos até os mais contemporâneos. Portanto:

A leitura é o processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que se sabe sobre linguagem, etc. [...] Trata-se de uma atividade que implica estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível proficiência (BRASIL, 1998, p.69).

É sob este olhar proficiente que o ensino da leitura encontra-se nas bases teóricas e nas teorias críticas de formação (FREIRE, 1989), afirma que” a leitura do mundo, do pequeno mundo em que me movia; depois, a leitura da palavra que nem sempre, ao longo de minha escolarização, foi a leitura da palavra mundo”.Ja nas teorias do letramento (KEIMAN, 2008, SOARES, 1998), afirma que letra é mais que alfabetizar é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenha sentido e façam parte da vida do aluno pois esta presente nas práticas situadas de ensino de língua.

1.2 A LEITURA NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO²

O ensino da leitura e do letramento contribui para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos tanto no ato de ler como na escrita, Freire (1996, 1998) vai ser um dos primeiros em propor o letramento crítico. A Este respeito Kleiman (2008) acrescenta que embora Freire não tenha utilizado a palavra letramento em seus estudos que foram os pioneiros no Brasil, o letramento é uma prática social ele esta tanto na escola como na sociedade.

Um fato que merece bastante destaque é que:

Grande parte da teoria crítica de letramento foi derivada, em parte da teoria da crítica social, particularmente o que diz respeito ao alívio do sofrimento humano e a necessidade de formação de um mundo mais justo através da crítica da existência de problemas político-sociais e desenvolvimento de alternativas para estes problemas. (CERVETTI, PARDALES & DAMICO, 2001)

Dessa maneira, a prática de leitura, pautada nas teorias do letramento busca formar criticamente o sujeito, mostrando as causas e as questões político-sociais , mostrando a construção de possíveis soluções a partir do conhecimento, da reflexão e da análise interpretativa das informações no contexto histórico escolar

Estes fatores que fundamentam o ensino da leitura conforme a perspectiva do letramento recorre ao fato de que:

O mundo contemporâneo requer habilidades de letramento avançadas e isto inclui a capacidade de pensar criticamente, incluindo contextualização, análise, adaptação, tradução de

² O letramento é um processo de alfabetização que ensina o aluno a ler e a escrever. É uma prática social que envolve todos os usos e funções da escrita e da leitura.

informação e interação entre os indivíduos dentro e além de sua comunidade (BRYDON, 2011, p. 105).

Neste sentido o ensino de leitura parte justamente das necessidades sociais, em termos de pensamento crítico e da construção da autonomia por parte dos educandos, quando orientados pelo professor, e de um clima de interação.

Além disso, pressupõe-se que:

A dimensão do letramento crítico é a base para assegurar que os indivíduos sejam não apenas capazes de participar de algumas práticas de letramento existentes, fazendo uso delas, mas que sejam também, de vários modos, capazes de transformar e produzir ativamente estas práticas (GREEN, 1998, p.156).

Por este lado Green (1998), diz que a realidade educacional brasileira necessita de transformações críticas, formando sujeitos ativos e transformadores de sua história. As práticas de leitura contribuem diretamente para isto, uma vez que o aluno passa a conhecer os diversos gêneros textuais e, a partir disso, experiência os acontecimentos dos mais variados espaços sociais e, após a compreensão crítica dessas relações, forma seu senso crítico.

No entanto, infelizmente, embora tenhamos atingido alguns pequenos progressos em termos de teoria e suas implicações na educação básica, ainda nos parece que:

Falta ao Brasil entender o básico. Os professores devem ser bem treinados para ensinar - e não para difundir teorias pedagógicas genéricas. As faculdades precisam estar atentas a isso. Um bom professor de matemática ou de línguas é aquele que domina o conteúdo de sua matéria e consegue passa adiante de maneira atraente aos alunos. Simples assim. O que vejo no cenário brasileiro, no entanto, é a difusão de um valor diferente: o de que todo professor deve ser um bom teórico. O pior é que eles se formam defensores de teorias sem saber sequer se funciona na vida real. (MARTIM CARNOY, Veja.com Edição. 2132 30/09/09apud BORTONI 2010, p.17)

Parece que nossa prática ainda fica aquém da fundamentação teórica, numa espécie de nuvem discursiva que, por sua vez, fica resguardada ao campo da teoria. Sabemos que uma boa aula requer fundamentação teórica, no entanto, essa teoria precisa ser colocada em prática, atingindo a práxis no campo da docência.

Rojó (2009, p. 11), argumenta a falta de em senti-vos por parte dos professores e alunos em colocar o texto em frente e prática a atividade de leitura como deveria ser trabalhada dentro da sala de aula, pois precisamos urgentemente de:

Um conjunto muito diversificado de práticas sociais situadas que envolvem sistemas e signos [...] letramento busca recobrir os usos e práticas sociais de linguagem que envolve a escrita de uma ou de outra maneira, recobrando contextos sociais diversos (família, escola, mídias, igreja).

É justamente, em consonância com a autora, que pressupomos que as práticas situadas de leitura, quando relacionada aos contextos dos educandos, contribuem para a formação crítica dos sujeitos envolvidos neste processo. Afinal, de nada adianta um ensino que não seja significativo e qualitativo para o aluno.

Compreende-se ainda que:

É preciso avaliar sistematicamente seus efeitos [do tratamento didático] no processo de ensino, verificando se está contribuindo para as aprendizagens que se espera alcançar. [...] os conteúdos selecionados podem não corresponder às necessidades dos alunos – ou porque se referem a aspectos que já fazem parte de seu repertório, ou porque pressupõem o domínio de procedimentos ou de outros conteúdos que não tenham, ainda, se constituído para o aprendiz –, de modo que a realização das atividades pouco contribuirá para o desenvolvimento das capacidades pretendidas. BRASIL, 1998, pp. 65-66)

Estes aspectos que por sua vez, geram uma aprendizagem significativa para o aluno só se efetiva quando o ensino adota uma postura crítica e se pauta no letramento. Quando o docente opta por esta perspectiva contribui diretamente na formação de cidadãos críticos.

Além disso, é indispensável que a sala de aula seja um laboratório para as experiências cotidianas, bem como para novas experiências, correlacionando o conhecimento científico às práticas sociais.

A este respeito Soares (2004, p. 16) afirma que:

Na vida cotidiana, eventos e práticas de letramento surgem em circunstâncias da vida social ou profissional, respondem a necessidades ou interesses pessoais ou grupais, são vividos e interpretados de forma natural, até mesmo espontânea; na escola, eventos e práticas de letramento são planejados e instituídos,

selecionados por critérios pedagógicos, com objetivos predeterminados, visando à aprendizagem e quase sempre conduzindo a atividades de avaliação.

Percebe-se com base no exposto, que o processo de ensino e aprendizagem transita entre a leitura e o letramento, por contribuir para o desenvolvimento da escrita e da oralidade, nesta perspectiva o ler e ler são dois elementos muito importantes para a vida das pessoas que querem se formar em língua portuguesa. Isto é, as experiências dentro e fora da escola contribuem diretamente na formação desses sujeitos. É justamente por isto que o letramento crítico contribui significativamente nesta formação crítica

Além disso, compreende-se que:

Letramento escolar e letramento social, embora situados em diferentes espaços e em diferentes tempos, são parte dos mesmos processos sociais mais amplos, o que explicaria por que experiências sociais e culturais de uso da leitura e da escrita proporcionadas pelo processo de escolarização acabam por habilitar os indivíduos à participação em experiências sociais e culturais de uso da leitura e da escrita no contexto social extraescolar (SOARES, 2004, p. 111)

Neste sentido, as experiências sociais funcionam como gatilho inicial para o desenvolvimento de experiências mais críticas no contexto escolar. Além disso, estes conhecimentos possibilitam aos educandos participarem de forma ativa e crítica na sociedade.

Dessa maneira, as práticas de letramento contribuem diretamente para o ensino da leitura na educação básica. O docente precisa buscar novas maneiras de conciliar teoria e prática no ensino da leitura, fazendo com que a sala de aula seja um laboratório e que todas estas aprendizagens sejam, de fato, significativas para o aluno.

2 O QUE É LETRAMENTO

O letramento é um Ensino Educacional que tem como objetivo alfabetizar os alunos, pois é um método que ensina a ler e escrever, é uma atividade exercida pela

sociedade. A prática da atividade de leitura na vida dos cidadãos é um instrumento de conquista e poder do leitor que o mesmo exerce sobre a escrita.

A leitura representa a distância entre os leitores e os não-leitores reproduz a divisão social entre o poder e a exclusão, entre as classes dominantes e aquele que são apenas o executores.

Assim, o domínio da leitura implica desenvolvimento da consciência crítica de como a linguagem reflete as relações de poder na sociedade.

Letrar é muito mais do que alfabetizar os alunos é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto histórico onde a escrita e a leitura tenha sentido e significado e faça parte na vida do aluno.

No processo de ensino e aprendizagem o letramento designa as práticas de leitura e escrita dando um sentido amplo a alfabetização.

Os indivíduos entram no mundo da escrita através da aprendizagem com o uso da tecnologia que esta envolvida no aprendizado do ato de ler e escrever, pois é dever do aluno saber fazer uso e envolver-se nas atividades de leitura e escritas. As afirmações mencionadas acima foram feitas com base no documentário feito pela “doutora e professora, Magda Becker Soares” que fala sobre as diferenças entre letramento e alfabetização.

Portanto é necessário que os alunos tenham uma adaptação adequada ao ato de ler e escrever, “é preciso compreender, inserir-se, avaliar, apreciar a escrita e a leitura”. Pois o letramento compreende tanto a apropriação das técnicas para a o processo de alfabetização quanto o aspecto de convívio e hábito do aluno em relação o uso da leitura e a escrita. Além do letramento dos livros didáticos temos o letramento digital, pois o computador trás os textos com rapidez e coerência. Em sua obra ‘ Língua Materna’ “letramento, variação e ensino” Bagno diz que: “Levando em conta as concepções de língua e de letramento expostas até aqui – e nas quais, volto a insistir, as práticas orais têm um lugar de importância igual á das práticas escritas -, podemos nos solidarizar com a seguinte proposta de” Soares (1999: 4-5) quanto a um dos objetivo do ensino de língua na escola mencionado em sua obra é:

Desenvolver as habilidades de interação oral e escrita em função e a partir do grau de letramento que o aluno traz de seu grupo familiar e cultural, uma vez que há uma grande diversidade e cultural, uma vez que há uma grande diversidade nas práticas de oralidade e no grau de letramento entre os grupos sociais a que os alunos pertencem – diversidade na natureza das interações orais e na maior ou menor

presença de práticas de leitura e de escrita no cotidiano familiar e cultural dos alunos.

Nesta proposta há um ensino em insistência no exame e na prática de textos falados e escritos em situação social de comunicação e interação de textos autênticos com gênero diferente que implica um estudo mais amplo que favoreça ao desenvolvimento da criatividade do aluno dentro de uma diversidade cultural na escola, com a interação. Nesta perspectiva o trabalho com a oralidade é muito importante para a interação do professor com os alunos.

O conceito de letramento começou a ser usado nos meios acadêmicos numa tentativa de separar os estudos sobre o “ impacto social da escrita” (Kleiman, 1991) dos estudos sobre a alfabetização, cujas conotações escoces destacam as competências individuais no uso e na prática da escrita. Eximem-se dessas conotações os sentidos que Paulo Freire atribui á alfabetização, que a vê como capaz de levar o analfabeto a organizar reflexivamente seu pensamento, desenvolver a consciência crítica, introduzi-lo num processo real de democratização da cultura e de libertação (Freire, 1980).

Segundo Kleiman (1991, p. 15), foi no ensino superior que o letramento teve início do uso de seu conceito, que tenha por finalidade de separa os estudos como o “impacto social da escrita” no ensino da alfabetização. Como afirma Paulo Freire, o ensino da alfabetização é capaz de levar o aluno analfabeto a organização e reflexão de seu pensamento, e raciocínio crítico e desenvolvimento cognitivo do aluno.

Podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos (Scribner e Cole, 1981). As práticas específicas da escola, que forneciam o parâmetro de prática social segundo a qual o letramento era definido, e segundo a qual os sujeitos eram classificados ao longo da dicotomia alfabetizado ou não alfabetizado, passam a ser, em função dessa definição, apenas um tipo de prática - de fato, dominante – que desenvolve alguns tipos de habilidades, mas não outros, e que determina uma forma de utilizar o conhecimento sobre a escrita”. (KLEIMAN, 1995, p. 19)

Kleiman faz uma reflexão sobre a perspectiva do letramento nas práticas sociais no ensino tecnológico nas práticas específicas nas escolas em relação aos

sujeitos letrados e não letrados, que são classificados de acordo com seu conhecimento escolar.

A própria noção mais recente de letramento (Kleiman, 1991) contrapõe-se ao conjunto destas concepções. Por exemplo, do ponto de vista do objeto, “Catch” (1986, p.14), definindo a escrita, afirma que:

... Existe, na maioria dos casos [de escrita] certas diferenças e uma certa autonomia de processos, mas, mais além, em geral, uma profunda unidade intrínseca entre o escrito e oral. [...] Uma certa “miscigenação” de sistemas. [...] A questão Principal, creio, é a seguinte: para uma dada língua, um dado Sistema gráfico, trata-se somente de uma simples mudança de “substância”, de uma mudança de “forma De expressão” (de significantes), de uma mudança de signos” (significantes e significados), ou ainda, o que ocorre frequentemente, todas a uma só vez”? (KLEIMAN,1995, p. 67-68)

Ainda segundo a autora, nos estudo de letramento mais recente destaca-se certa diferença entre o escrito e o oral, pois esse processo precisa ir mais além, do que só alfabetizar os alunos, é necessário que os leitores entendam o que é significativo e significado dos signos linguístico no ensino da língua.

Portanto letra não é só alfabetizar é ensinar a ler e escrever, e saber usar a língua tanto na oralidade como na escrita.

3 PCN's E ENSINO DA LEITURA

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a leitura possui uma função de grande importância no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, pois é a partir do desenvolvimento da sua competência leitora que o aluno poderá tornar-se proficiente em todas as disciplinas.

Essa competência é construída através das práticas de atividades de leitura realizadas dentro da sala de aula, que tem por finalidade, formar leitores capazes de produzir textos aptos para o manejo claro e definido de diversos gêneros textuais. Segundo as orientações dos PCNs:

Um leitor competente é aquele que, por sua própria iniciativa, é capaz de selecionar, textos que circulam socialmente, aqueles que atendem a uma necessidade sua. Que utilizam estratégias de leitura adequadas para atender a essa necessidade. (PCN de Língua Portuguesa de 5 a 8 Série, 1998; p. 15).

Os livros usados nas atividades de leitura são sugeridos pelos (PCNs), é dever do professor permitir que os alunos escolham suas leituras fora da escola, mas é preciso trabalhar os livros didáticos também. No entanto é necessário que a escola se organize em torno de uma política de formação de leitores, com o incentivo de todos os professores. Deve ao professor fazer tarefas como: ler em voz alta, fazer perguntas de compreensão do texto, pois não ensinam de fato a ler, portanto uma aula bem planejada desenvolverá a criatividade dos leitores no processo de ensino e aprendizagem.

Tratamento didático:

O tratamento didático que a leitura necessita dentro da sala de aula, segundo os PCNs, refere-se a forma como a atividade de leitura foi e está sendo trabalhado, se seu objetivo for a aprendizagem, é necessário que ela tenha sentido para o aluno, afastando-se aquele ensino que o aluno ou leitor não vê referência e nem sentido no que se lê. Se o objetivo do trabalho educativo é formar leitores capazes de compreender diferentes tipos de textos é preciso que aprendam isso na escola, para que possa formar leitores competentes.

Aprendizado inicial da leitura:

Pelas recomendações dos PCNs (1998), no início da aprendizagem da leitura a primeira abordagem excluída é aquela leitura que é feita simplesmente como uma decodificação de códigos. Por causa dessa formação milhares de leitores não são capazes de atribuir sentido aos textos, por apenas prenderem-se a decodificação da linguagem.

O leitor deve ter noção de que quando se ler; é possível confirmar as informações que ficam claras ou não. Para isso, é necessário que ele tenha condições de construir hipóteses sobre o título do texto, saber como usar as inferências, a partir do conhecimento prévio que possuía sobre a tematização do contexto histórico.

Vale ressaltar que uma prática ampla de leitura promoverá um resultado eficiente, através de diversos tipos de textos que facilitam o ensino e aprendizagem, para que o leitor não se prenda apenas a leitura didática, a interação com leitores que tenha ponto de vista diferentes do mesmo tema é fundamental na criatividade do leitor.

Os PCNs, afirmam que é necessário mostrar ao leitor que a leitura não é apenas uma disciplina que pertence apenas ao currículo escolar, pois ela está presente em todas as esferas sociais, por ser uma prática social e corresponde a um objetivo delimitado.

Portanto, a leitura não pode ficar presa como uma atividade escolar, e sim ser praticada como uma tarefa social, afim de que os alunos se tornem bons leitores, que sintam o gosto, e tenha o compromisso com a leitura, para que possam aprender a ler e escrever com clareza.

Leitura Diária:

É sugestão dos PCNs (1998), que o trabalho escolar seja feito com a leitura diária de forma silenciosa, individual, em voz alta individual ou em grupo, de forma que possa fazer sentido a esta atividade.

Ao realizar esta prática de atividade de leitura é muito importante que o leitor tenha todos os cuidados necessários em mente, como ler para se divertir, escrever, estudar, descobrir, identificar a intenção do escritor, revisar, buscar significado, adequação, e erros. Esse é um dos procedimentos que precisa ser ensinado nas escolas para que os alunos tenham aprendizagem de qualidade.

Leitura colaborativa:

Em sugestão apresentada pelos PCNs (1998) ele afirma que o trabalho realizado com este tipo de leitura colaborativa proporciona e favorece a aplicação das estratégias de leitura mencionadas nos itens acima. Os procedimentos desta leitura permite que o professor perceba o grau de conhecimento linguístico que os alunos têm para a construção de sentido dos textos.

Projetos de leitura:

Nos PCNs (1998), os projetos de leitura são as situações didáticas que apresentam o contato direto com os diversos tipos de atividades em que a linguagem oral, escrita, leitura e produção de texto se inter-relacionam de forma contextualizada, pois quase sempre envolvem tarefas com diferentes tipos de conteúdos.

Desse modo, cria-se uma situação de leitura por diversão e informação que promovem a participação coletiva e a interpretação de outros autores sobre o tema do assunto trabalhado nesta atividade.

Atividades Sequenciadas de leitura:

Os PCNs (1998) sugerem que as atividades de leitura sejam trabalhadas em sequencia, para que possa ter um desenvolvimento de leituras realizadas constantemente, com atividades que tenha varias propostas para que possa ter a oportunidade de discutir com os alunos que tipo de leitura será aplicado, de acordo com as estratégias estabelecidas pelo professor, com o acompanhamento do professor.

Atividades Permanentes de Leitura:

De acordo com os PCNs, a atividade de leitura permanente é feita em livros didáticos que apresentam propostas regulares voltadas para uma formação favorável á prática de atividade de leituras realizadas em outras formas de leitura.

Leitura feita pelo Professor:

A prática de atividades, leitura feita pelos professores é vista pelos PCNs de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental como a maior oportunidade de contato com leitores que tem paixão pela leitura.

Nas escolas os professores trabalham mais a leitura em voz alta, logo a leitura exerce um poder em suas vidas, por ser uma prática social. A escola tem como objetivo tona se um movimento ativo de construção de sentido, e deixar de ser um espaço de interpretação vazia no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem no Brasil.

4 LDB E ENSINO DA LEITURA

Este ensino trata-se de “Uma Leitura da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)³, Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 com Levantamento e Questionamento de Aspectos Fundamentais para Reflexões: Educação, Princípios e Fins”.

Em sua obra Carmo (2003), faz uma reflexão sobre os princípios e fins da educação nacional postos em Lei específica.

³ A LDB é uma lei que fala sobre a princípios e fins que todos nos temos que cumprir no processo educacional. Ela diz que educação acontece em diversos ambientes em casa, no trabalho, na escola, etc. É papel da escola preparar o indivíduo para o mercado de trabalho.

A LDB Nº 9.394, no Artigo 1 afirma que a educação abrange os processos formativos que desenvolvem se com a convivência humana e a relações família, em ambientes como no trabalho, nas escolas, e em movimentos sociais, em organizações da sociedade Civil e em manifestações culturais. No parágrafo 1 e 2 afirma que o objetivo da lei (LDB), é disciplinar a educação escolar, que tem como dever vincular-se ao mundo do trabalho e á prática social.

Portanto a educação acontece em diversos ambientes e o papel da escola é preparar o indivíduo para o mercado de trabalho e aí é a partir desse ponto que podemos refletir em como o sistema quer o trabalhador, se é dócil, obediente, disciplinado, criativo, questionador, competente, analfabeto... (pois é uma questão de opção dos profissionais da educação escolherem os servidores da instituição ou da área da educação).

A socialização é um dos principais papéis da escola, porem é aquele que os indivíduos aprendem a divide a convivência com os outros.

Portanto no Artigo 2 diz que a educação é dever da família e do Estado, que espiram-se nos princípios de liberdades, ideais, e solidariedade humana.

A escola trabalha com uma organização piramidal, em que não há a participação nem dos alunos, nem dos pais, e nem dos professores nas decisões da escola.

Todo trabalho realizado dentro da escola é conduzido pelo sistema e suas condições ou não financeiras de investimento pelo estado por parte de seus governantes.

O Artigo 3 afirma que o processo de ensino é ministrado com base nos seguintes princípios: Igualdade de condições para todos poder ter acesso e permanência na escola.

Isso acontece no Brasil há poucas pessoas fora da escola, pois é um dos pontos positivo no sistema escolar.

Portanto não é o suficiente ter só escola para todos, é preciso que a qualidade da educação ocupe o primeiro lugar de destaque. No que diz a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

A LDB é uma lei que tem o respeito pela diversidade dos alunos e professores, pois a ausência da censura favorece a educação.

Porém o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas tem um enorme respeito pela diversidade, em relação as ideias e a forma de cada um trabalhar.

Carmo (2003) afirma que “A globalização veio nos ensinar que há uma riqueza enorme na diversidade, ao contrário do que a modernidade almejava: uma sociedade de pessoas todas iguais, dentro de um padrão estabelecido pelos iluminados”. E por isso que essa diversidade merece todo o nosso respeito. E a escola pública, em particular, é campo rico em diversidade, no que diz respeito ao corpo docente e discente.

O respeito à liberdade e apreço à tolerância defende a diversidade dentro da escola, pois cabe ao indivíduo respeitar por parte do outro a tolerância, as ideias, o jeito de ser, o modo de agir.

Referente se ao sistema social esta a coexistência de instituições públicas privadas de ensino, uma vez que o ensino público é o gratuito onde maior parte dos alunos são privilegiados tendo direito a ingresso na universidade.

Os profissionais da educação escolar são desvalorizados tanto no atendimento aos alunos como no preparo do material didático-pedagógico, isso sem falar nos baixos salários.

Ao trabalhar em uma sala com quarenta alunos ou mais o professor não fará uma atividade de qualidade, pois é necessário que a escola tenha estrutura para trabalhar com todos esses alunos. Aí esta a importância de criar um espaço como bibliotecas, videotecas, esportes, informática, auditórios, refeitórios etc., além de ter os elementos humanos disponíveis.

Portanto é necessário que o professor tenha tempo para planeja suas aulas e ministrar para os alunos, em parceria com os pais ajudar os alunos em suas dificuldades.

Os professores deveriam ter um salário digno para poder ter uma vida razoável e trabalhar menos. Assim o profissional teria seu valor e o resto seria resolvido com uma simples conversa.

No Artigo 67 a lei diz que:

Os sistemas de ensino promovem a valorização dos profissionais de educação da fornecendo-lhes, nos termos de estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I – Ingresso a uma vaga de trabalho só por concurso público de provas e títulos;

II – Aperfeiçoamento profissional com licenciamento periódico remunerado para exercer esse cargo;

III – Piso salarial profissional;

IV – Progressão funcional é baseada na titulação, habilitação, e avaliação de desempenho;

V – O período reservado aos estudos, o planejamento e avaliação esta incluído na carga horária de trabalho dos profissionais de educação; (LDB, 1996)

Tudo isto esta constatado no estatuto.

É preciso abrir uma discussão sobre o Estatuto do magistério e do Plano de Carreira. Para que podemos traçar o Projeto Político Pedagógico, é aparte daí que revermos o Regimento Escolar.

Aí esta a gestão democrática do ensino público, em rigores da Lei da legislação dos sistemas de ensino.

Com a estrutura que temos nas escolas não da para fala em democracia e nem em cidadania, pois os diretores estão mais a serviço da instituição do que da educação.

Isto é falar da importância da educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, valorizando a experiência extraescolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discorrer sobre a leitura em uma país tão dialético significa refletir sobre os reais objetivos do ensino de língua. No que concerne ao campo da leitura, percebe-se que a mesma foi ensinada de acordo com as teorias linguísticas ao longo do tempo.

Somente com a criação dos PCNs e da LDB (BRASIL, 1996, 1998) foi que o ensino da leitura passou, de fato, a ser repensado e institucionalizado enquanto prática interativa, situada e sócio histórica.

Compreender que o ensino da leitura precisa refletir os acontecimentos reais da sociedade implica em formar criticamente o sujeito, dando-lhe autonomia e criticidade para a vida em sociedade.

Neste sentido, percebemos que as teorias de letramento contribuem diretamente para as práticas de leitura. Os documentos oficiais da educação nacional também contribuem diretamente para o ensino da leitura por adotarem esta perspectiva em suas prescrições e orientações.

Embora ainda exista um grave descompasso entre teoria e ensino, este, por sua vez, pode ser maximizado quando o docente pesquisa, se recicla e procura novas condições para ampliar a qualidade de sua prática docente.

Dessa maneira, espera-se que esta reflexão sobre a leitura na perspectiva do letramento possa servir de base para novas pesquisas, bem como para o desenvolvimento de estratégias de leituras praticadas dentro das salas de aulas. Espera se que os pontos abordados nesta pesquisa desperte o desejo dos leitores em prática a atividade de leitura como deveriam trabalhar dentro e fora da escola.

ABSTRACT

This article calls attention to the teaching of reading activities practices in literacy perspective in basic education, specifically, throughout the course of students' study period. We seek to understand how this process located and interactional can contribute: the formation of the subject, preparation for the labor market, in cognitive development, critical thinking, prior knowledge and development of writing and reading of students. Therefore teaching practice reader: in literacy, the LDB, and NCPs try to show the importance of reading in the teaching and learning of students in all disciplines of the school curriculum. For this, we rely on a bibliographic research perspective, based on a speculative look on the study of the art of scientific language in the Portuguese language. We base our research on Kleiman (2012), Marcuschi (2009, 2011), Soares (2008), among others to understand this inextricable link between reading literacy cognitive development, critical thinking and prior knowledge of the reader and playability. In addition, we note that this activity is of paramount importance in various types of knowledge as the linguistic, textual and prior. The interaction that the player performs in the school context contributes to the process of internalization of knowledge socialized in the first years of teaching in our study scope. It is hoped in this way to reflect on the contributions of reading as a practice set for the effective appropriation of scientific knowledge.

KEYWORDS: Reading. Literacy. Teaching

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

BAKHTIN, Mikhail. **O problema do texto na Linguística, na Filologia e em outras ciências humanas.** In.: _____. Estética da criação verbal. Tradução: Paulo Bezerra. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 307-335.

BORTONI-Ricardo, s. M.; Machado, v. R.; Castanheira, s. F. **Formação do Professor como agente letrado.** São Paulo: contexto, 2010.

BRANDÃO, Helena N. **O leitor: co-enunciador do texto.** In: Polifonia. Nº1, Cuiabá: Editora da UFMT, 1994, pp. 85-90.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais /** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Lei n 9.394 – 20 dez. 1996, Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) Belo Horizonte: UFMG, 1997.

BRYDON, D. 2011. **Local Needs, Global Contexts: Learning New Literacies.** In: MACIEL, R. F. e ARAÚJO, V. A. (Orgs). Formação de professores de línguas: ampliando perspectivas. Jundiaí, Paco Editora. Pp.105.

CASCAVEL. Secretaria Municipal de Educação. Currículo para rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel: **ensino fundamental - anos iniciais.** Cascavel, PR: SEMED, 2007.

CARMO, Josué Geraldo Botura do. **Contribuir para o Processo Democrático: um desafio para a educação.** Junho. 2000.

_____. **A Construção da Gestão Democrata na Escola Pública: Uma Ousadia.** Junho, 2000.

_____. **A Gestão Democrática nas Escolas Públicas: Uma Pequena Reflexão.** Janeiro, 2002.

CANUTO, Maurício. **Leitura: um contraponto entre a fala do professor e o silenciamento da voz do aluno.** 2008 Monografia (Especialização) – Centro de Pós-Graduação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2008.

COSTA-HÜBES, T. da C. **concepção de leitura na sequência didática.** In.: Anais da 13ª JELL – Jornada de Estudos Linguísticos e Literários. Leitura e seus desdobramentos. Marechal Cândido Rondon, PR: EDUNIOESTE, 2010. p.247-256

COLOMER, Teresa; CAMPS, Anna. **Ensinar a ler, ensinar a compreender.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

CORACINI, Maria José Rodrigues Farias. 2003. **A abordagem reflexiva na formação do professor de língua.** In: E.S. BERTOLDO, & M.J.CORACINI, (Orgs.).

O desejo da teoria e a contingência da prática: discussões sobre e na sala de aula. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras. pp.307.

FREIRE, Paulo. **A política da educação: cultura, poder e libertação**. Londres: Macmillan, 1985.

GREEN, B. 1998. **Subject-specific literacy and School learning: a focus on writing**. Australia Journal of Education, 30(2): p. 156-69.

KLEIMAN, Ângela. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da linguagem**. 5. ed. Campinas-SP: Pontes, 1997.

_____. **Oficina de leitura: teoria e prática**. 9. ed. Campinas-SP: Pontes, 2002.

_____. **Leitura: ensino e pesquisa**. 3. ed. Campinas-SP: Pontes, 2008.
KRAMER, Sonia. **Leitura e escrita de professores: da prática de pesquisa à prática de formação**. Revista Brasileira de Educação, n. 07, p. 19-41, 1998.

MARCUSCHI, L. C. **Compreensão do texto: algumas reflexões**. In O Livro Didático de Português: múltiplos olhares. DIONÍSIO, A.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). 3 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

Parâmetros Curriculares Nacionais. **Língua Portuguesa: primeiro e segundo ciclos**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3. Ed.- Brasília: A Secretaria, 1998.

RANGEL, Jurema Nogueira Mendes. **Leitura na escola: espaço para gostar de ler**. Porto alegre, RS: Mediação, 2005.

SAVELI, Esméria de Lourdes. **Por uma pedagogia da leitura – reflexões sobre a formação do leitor**. In: CORREIA, Djane Antonucci (Org.). Práticas de letramento no ensino: leitura, escrita e discurso. São Paulo: Parábola Editorial; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

SOARES, Magda. **Letramento e Escolarização**. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). Letramento no Brasil. São Paulo: Global, 2004. .

SOARES, Becker Magda. **Letramento: Um Tema Em Três Gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, Magda Becker. **O que é letramento**. Santo André. Edição James Capeio. 2003.